

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 20/09/2016

- [Coordenadoria da Infância e Juventude promove Projeto de Implementação das Audiências Concentradas no sistema socioeducativo](#)
- [Homem é preso suspeito de estuprar o enteado de 5 anos em Petrolina, PE](#)
- [Polícia prende homem em MS com mil imagens de pornografia infantil](#)
- [Pai de aluna denuncia coordenador de colégio particular por assédio sexual](#)
- [MPPE promove encontro com profissionais da Rede de Atenção Psicossocial](#)
- [Basta de violência institucional contra as nossas crianças!](#)
- [Chefe da ONU pede apoio global para 'maior expansão de oportunidades de educação da História'](#)

Assunto: Coordenadoria da Infância e Juventude promove Projeto de Implementação das Audiências Concentradas no sistema socioeducativo

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 20/09/2016



O projeto começou a ser ampliado em agosto com a realização de audiências concentradas no Casem, no bairro de Casa Amarela, no Recife

Com o objetivo de assegurar as políticas de atendimento que respeitem o princípio da proteção integral e o desenvolvimento pleno do adolescente, a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (CIJ/TJPE) lança o Projeto de Implementação das Audiências Concentradas no Sistema Socioeducativo nas Varas Regionais da Infância e Juventude do Estado. A proposta é garantir a atenção jurídica e social preferencial

aos adolescentes em conflito com a lei por meio da realização de audiências concentradas.

Segundo o coordenador da Infância e Juventude do TJPE, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, a iniciativa irá fortalecer o processo de acompanhamento e de reavaliação das medidas socioeducativas nas Varas Regionais da Infância e Juventude de Pernambuco. A análise da situação do socioeducando pode resultar na manutenção, extinção, ou progressão da pena, que implica em liberdade assistida.

"A partir da execução do projeto conseguiremos contribuir para diminuir a superlotação das unidades socioeducativas e legitimar direitos fundamentais do adolescente como a convivência familiar e comunitária, mantendo em meio fechado apenas os adolescentes que ainda não obtiveram uma avaliação favorável. Como as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade se configuram medidas restritivas de liberdade devem estar sujeitas aos princípios de brevidade e excepcionalidade. O que pretendemos por meio do projeto é buscar uma recuperação mais efetiva do adolescente com o apoio da comunidade, da família, da assistência e do encaminhamento para cursos profissionalizantes ou capacitações", observou.

A realização de audiências concentradas nas Varas da Infância e Juventude já é uma prática comum na situação de acolhimento familiar ou institucional de crianças e adolescentes em que é reavaliada sua situação jurídica, tempo de acolhimento em abrigos, destituição do poder familiar, para reintegrá-los de forma mais rápida à família de origem ou a colocação em família substituta por meio de adoção. "Queremos estender esta mesma metodologia, resguardada as devidas especificidades, agora para os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em centros de atendimento devido a algum delito cometido. Nestes casos, quando o adolescente consegue a extinção da pena ou a liberdade assistida volta para sua família de origem e à convivência comunitária", explicou o desembargador.

Além de dar celeridade processual ao atendimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a iniciativa tem por objetivos: promover ao socioeducando a oportunidade de se manifestar sobre seus direitos através da aproximação com o juiz, o Ministério Público e a Defensoria Pública; incentivar o adolescente a participar das atividades pedagógicas, oficinas profissionalizantes e a obtenção de frequência e aproveitamento escolar exigidas pelo Sistema Socioeducativo; fortalecer a articulação dos programas executores das medidas socioeducativas em meio fechado e meio aberto, ou seja, nas Comarcas de residência dos adolescentes; e estimular o trabalho em rede entre as instituições envolvidas no sistema socioeducativo de maneira a promover e garantir direitos.

Para isso, de acordo com o magistrado, a ideia é promover uma cultura de cooperação com os Centros de Atendimento Socioeducativo (Case), as Casas de Semiliberdade (Casem), os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), assim como as diversas unidades do sistema de garantias de direito.

O projeto será executado pelo juiz que, em um único momento, reunirá os processos judiciais visando à análise das situações individuais de todos os adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. O magistrado verificará a aplicação do que foi proposto no Plano Individualizado de Atendimento (PIA), que é um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades embasado nas características do apenado e no delito cometido, de cada socioeducando pela equipe interprofissional dos programas executados nas unidades.

A produção dos documentos técnicos destes profissionais tem por objetivo apresentar os indicativos das providências para cada caso. Os adolescentes que receberem a progressão da medida para o meio aberto, deverão ser encaminhados mediante ofício do juiz ao programa

voltado à recuperação do socioeducando de sua cidade de origem, cumprindo a liberdade assistida.

De acordo com o volume de trabalho das Varas Regionais da Infância e Juventude, e da quantidade de adolescentes nas unidades socioeducativas, o período das audiências concentradas em cada comarca não deve se estender ao período de seis meses. A reavaliação das medidas socioeducativas pode ser solicitada a qualquer tempo, a pedido da direção do programa de atendimento socioeducativo, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsável, devendo ser subsidiada de parecer técnico do programa de atendimento.

Para iniciar a implantação da iniciativa das audiências concentradas nas Varas Regionais da Infância e Juventude do Estado, a CIJ/ TJPE começou a estudar a prática já aplicada na Vara Regional da Infância e Juventude da 18ª Circunscrição, em Petrolina, desde 2013. No ano de 2015, a Coordenadoria colocou em prática o projeto em Abreu e Lima e Jaboatão dos Guararapes por meio do trabalho da juíza Maria Amélia Pimentel Lopes.

Na comarca de Petrolina, sob a coordenação do juiz Marcos Franco Bacelar, no período de 2013 a 2015, foram atendidos, por meio do sistema ação, 364 adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo do município (Case), resultando em 20 termos de progressão, que implica em liberdade assistida; 164 de manutenção da pena; e 180 de extinção da medida socioeducativa.

Para o juiz Marcos Bacelar, a realização das audiências concentradas confere uma maior credibilidade da Justiça junto ao adolescente no processo de sua progressão comportamental. "Ele percebe que não está esquecido em uma unidade de segregação. Podemos acompanhar melhor as necessidades individuais de cada adolescente, através de relatórios técnicos, e também encaminhá-lo para cursos profissionalizantes com base no perfil moldado em relatórios psicossociais enviados pelos centros socioeducativos", avaliou.

Em Abreu e Lima, foram atendidos, entre 2015 e 2016, 166 adolescentes, gerando 33 extinções de pena, e 133 progressões da medida. Já em Jaboatão dos Guararapes, foram realizadas 27 audiências concentradas, que resultaram em 27 progressões de medida. De acordo com a psicóloga do Case de Jaboatão, Letícia Costa, a partir da realização das audiências concentradas houve uma mudança positiva no comportamento dos socioeducandos. "Eles passaram a ter um melhor aproveitamento escolar e nas oficinas pedagógicas", revelou.

De acordo com a juíza Maria Amélia Pimentel, há uma probabilidade maior de recuperação do adolescente quando há o fortalecimento ou o reatamento dos laços familiares e comunitários. A magistrada enfatiza que essa proximidade, inclusive, é preconizada na Lei 8.069/90, que determina a internação do socioeducando no mesmo município ou em localidade mais próxima do domicílio de seus pais ou responsável.

"A preocupação do legislador foi justamente promover o fortalecimento ou reatamento dos laços familiares e comunitários. Observei o valor desse critério quando comecei a realizar visitas nos Cases e no acompanhamento processual de cada adolescente. As unidades que promoviam oportunidades de interação dos socioeducandos com a comunidade circunvizinha e que dedicavam atenção especial à qualidade dos laços familiares, obtinham respostas mais promissoras na recuperação do adolescente. Os indicadores eram claros, traduzindo-se na inexistência de rebeliões, pouco registro de agressões entre os internos, maior envolvimento

nas metas estipuladas através do Plano Individual de Atendimento, melhor aprendizagem e nesse contexto as audiências concentradas representam uma oportunidade relevante de aproximar a comunidade e a família do processo socioeducativo", analisou a magistrada.

A iniciativa começou a ser ampliada em agosto deste ano com a realização de audiências concentradas no Casem, no bairro de Casa Amarela. No centro foram avaliados pela juíza Anamaria Borba 15 processos, resultando em 12 extinções de pena e três progressões de medida. "A celeridade na análise dos processos, envolvendo jovens, responsáveis legais e equipes dos centros de atendimento socioeducativo tem um mesmo objetivo, que é procurar alternativas coerentes para a reinserção dos adolescentes na sociedade, como pessoas aptas ao trabalho, com perspectivas de futuro e apoio familiar. A recuperação do jovem que pratica um ato infracional é certamente muito mais rápida quando ele conta com um respaldo familiar adequado e está perto das pessoas com quem tem vínculos profundos de amor e carinho", avaliou a juíza.

Assunto: Homem é preso suspeito de estuprar o enteado de 5 anos em Petrolina, PE

Fonte: Portal G1 PE

Data: 20/09/2016



Um homem de 29 anos foi preso, nesta segunda-feira (19), suspeito de estuprar o enteado, de cinco anos, em Petrolina, no Sertão de Pernambuco. A prisão ocorreu na residência onde o suspeito morava com a mãe da vítima, no bairro Santa Luzia, Zona Norte da cidade. De acordo com a Polícia Civil, a criança afirmou ainda que era estuprada por dois adolescentes de 12 e 13 anos.

A investigação da polícia começou no mês de abril, depois que a vítima foi internada no Hospital Dom Malan (HDM), com quadro grave de sífilis e com ferimentos nas partes íntimas. O HDM acionou o Conselho Tutelar, que providenciou um abrigo para a criança, devido a condição de vulnerabilidade do menor de idade.

O órgão ainda apresentou a notícia-crime para a 214ª Delegacia de Polícia Civil, que solicitou a prisão do suspeito. De acordo com o delegado Daniel Moreira, responsável pelo caso, foram apresentados relatórios e laudos psicológicos, onde a criança relata que era estuprada pelo padastro e por mais duas pessoas.

“Depois de todo esse processo a gente ouviu a criança e ela confirmou que era abusada tanto pelo marido da mãe, como por um primo, de 12 anos e por um amigo do primo, de 13 anos. Tudo indica que a mãe era conivente com a situação. A criança continua no abrigo e o suspeito será recolhido para a Penitenciária Dr. Edvaldo Gomes”, disse Daniel Moreira. A mãe do menor será ouvida na tarde desta segunda-feira (19).



Delegado Daniel Moreira vai ouvir a mãe da criança na tarde desta segunda (19)

Assunto: Polícia prende homem em MS com mil imagens de pornografia infantil

Fonte: Portal G1

Data: 20/09/2016



Um homem suspeito de armazenar cerca de mil imagens de pornografia infantil foi preso nesta segunda-feira (19) em Campo Grande. Os arquivos estavam em aparelho celular furtado e em um pen drive encontrados na casa do suspeito.

Outro homem também foi preso por suspeita do furto do aparelho celular. O furto ocorreu no início do mês de setembro em uma oficina da capital. O dono do aparelho furtado disse que os arquivos não são dele.

Os suspeitos foram presos quando outra delegacia investigava o furto de um celular. Os investigadores da Delegacia de Combate ao Crime Organizado (Deco) conseguiram rastrear o aparelho, que estava em uma casa. No local, os policiais apreenderam o celular e o pen drive. Ao analisar os materiais apreendidos encontraram as imagens.

O delegado Mario Donizete, que investiga crimes contra crianças e adolescentes, quer saber se as imagens foram retiradas da internet ou se foram produzidas em Campo Grande.

“Finalizados os procedimentos para manter essas prisões estaremos encaminhando todo o material apreendido para perícia para que haja materialização desse delito”, afirmou o titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (Depca).

O suspeito de armazenar as imagens disse à polícia que comprou o celular do outro autuado. Ele foi preso por receptação dolosa qualificada e posse de entorpecente. O suspeito da tentativa de furto foi autuado também por favorecimento pessoal.

Segundo a polícia, imagens de câmeras de segurança mostram o bandido fugindo depois do crime. O dono do celular contou que o bandido aproveitou um momento de distração dos funcionários para cometer o furto.

Assunto: Pai de aluna denuncia coordenador de colégio particular por assédio sexual

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 20/09/2016



Advogado divulgou o 'print' de uma mensagem trocada entre o educador e outra adolescente; colégio decidiu afastar temporariamente o suspeito.



O advogado criminalista Welton Roberto, pai de uma adolescente estudante da rede privada de ensino em Maceió, denunciou, através das redes sociais, nesta segunda-feira (19), o coordenador do ensino médio, do Colégio Contato Farol, identificado por Washington Freitas, por assediar sexualmente sua filha, uma adolescente de 16 anos, e, inclusive, outras alunas, pessoalmente e através de mensagens trocadas pelas redes sociais.

O caso foi descoberto pelo pai da adolescente, que visualizou diálogos entre alunas e o educador, nas redes sociais, após a repercussão de um comentário racista na publicação na foto de uma adolescente que se encontrava em trajes de praia. Em uma das conversas trocadas com uma das adolescentes, Washington faz comentários de cunho sexual acerca de um short que a aluna usava e, em outra conversa, o coordenador chega a convidar a adolescente para ir à sua sala.

Segundo o pai "o coordenador de ensino médio desta escola fez um comentário pra lá de racista em uma foto de uma adolescente

que se encontrava em trajes de praia. Repercussão nas redes e a bomba me chega. Achei absurdo e já iria na escola conversar com "o dono" de lá pra mostrar a ele que um educador não pode ter este tipo de atitude racista, seja lá qual for a explicação dele. Mas a coisa era muito pior. Muito pior do que tudo isso. Descobri que o cidadão tem o costume de "assediar" as alunas, ESSAS MESMO QUE ELE DEVEIA ORIENTAR E PROTEGER, com comentários sobre as partes íntimas delas, inclusive enviando mensagens maliciosas as mesmas", desabafa.

Através de diversos 'prints' tirados das conversas, Welton afirmou que irá se juntar aos pais das outras adolescentes e encaminhar ações criminais e cíveis contra o coordenador de ensino. *"Minha filha Bia foi vítima deste cidadão, soube disso agora há pouco. Ela envergonhada ainda não me contara com medo da minha reação. E ela estava certa. A vontade primitiva que me deu foi de invadir a escola e fazer aquilo que um "cabra safado" como esse merece, ensinando a este senhor de mais de 50 anos que respeito é o primeiro ponto quando se trata da educação com ADOLESCENTES de 14 a 17 anos. Contive-me. Não foi fácil, confesso. A raiva e o ódio tomaram conta de mim, tentei me acalmar por várias vezes e consegui. Todos que me acompanham e me conhecem sabem do amor, carinho e veneração que tenho pelos meus filhos"*, complementa.

Welton declarou à nossa equipe de reportagem que, além de enviar mensagens para as adolescentes, o coordenador de ensino mantinha um relacionamento sexual com uma menor de 16 anos. Na instituição de ensino, as adolescentes eram 'agarradas por trás' pelo coordenador, tinham suas bundas acariciadas e afirmava que não conseguia trabalhar com as 'bundas gostosas' passando na sua frente.

Procurado pela equipe de reportagem do Portal 7 Segundos, o Colégio Contato emitiu uma nota decidindo afastar temporariamente o coordenador. Segundo a nota, a instituição de ensino rejeita qualquer atitude discriminatória e ilegal, e qualquer colaborador que cometa uma infração, fora ou dentro do ambiente da empresa, a partir do momento que a outra parte se sinta prejudicada, deverá ser acionado pelas formas legais.

Confira a nota na íntegra:

O Contato vem por meio deste pronunciar-se acerca dos comentários feitos por meio das redes sociais.

A direção busca nortear, permanentemente, ações educacionais isentas de qualquer tipo de discriminação racial, religiosa, linguística e atitudes que possam causar constrangimento uma vez que nosso principal eixo de aprendizado é o convívio coletivo harmonizado entre os alunos, os colaboradores, os pais e toda a comunidade.

É com essa base sólida de conhecimento e disciplina que há 23 anos somos referência no cenário educacional de Alagoas buscando contribuir com a formação do aluno no convívio social, aprendendo a conviver e respeitar as diferenças.

Hoje, sabemos que o cenário digital tem uma enorme dimensão e que as consequências que um comentário pode causar são de inteira responsabilidade de quem o proferiu. Essa é uma preocupação constante da escola, que realiza ações para conscientização do meio online, tais como: palestras, reunião de pais, debates entre pais e alunos sobre o uso de redes sociais, para que nossa comunidade possa encarar esse ambiente com a responsabilidade necessária.

A empresa gostaria de deixar exposto que rejeita qualquer atitude discriminatória e ilegal, e qualquer colaborador que cometa uma infração, fora ou dentro do ambiente da empresa, a partir do momento que a outra parte se sinta prejudicada, deverá ser acionado pelas formas legais.

Sobre as acusações em questão, a empresa não foi notificada a respeito e irá acionar as partes para esclarecer os acontecimentos e se posicionar de forma justa. Por enquanto,

diante do que foi exposto, a instituição decidiu afastar o colaborador de suas atividades para preservar a integridade de nossos alunos, que sempre foi a nossa prioridade.

Assunto: MPPE promove encontro com profissionais da Rede de Atenção Psicossocial

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 20/09/2016



A crescente demanda por capacitações e troca de informações por parte dos profissionais que realizam atendimentos a crianças e adolescentes em saúde mental e drogadição levou o Ministério Público a promover o 5º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção em 14 de setembro, no município de Petrolina.

A iniciativa partiu do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (Caop Infância e Juventude) a partir dos relatos repassados pelos promotores, com as dificuldades encontradas na rotina do atendimento e encaminhamento de alguns casos envolvendo crianças e adolescentes usuárias de substâncias psicoativas.

O promotor Luiz Guilherme Lapenda, coordenador do Caop Infância e Juventude, reforça que um dos objetivos do Encontro é promover a articulação dos profissionais da Rede de Atenção em Saúde Mental. “Estamos viajando o Estado para facilitar este diálogo, que conta com a participação do Ministério Público nos municípios, para que juntos possamos criar um mecanismo que proteja estas crianças e adolescentes”, explicou o promotor, que reforçou a presença de profissionais dos municípios de Petrolina, Afrânio, Dormentes, Cabrobó, Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Lagoa Grande ao encontro.

A rede de saúde mental pode contar com equipamentos voltados aos atendimentos aos pacientes com transtorno mental ou em situação de drogadição, mas que por lei só podem ser instalados nos municípios de acordo com o número de habitantes. Assim, em territórios com menos de 20 mil habitantes, por exemplo, não há um Centro de Atendimento Psicossocial Infantil (CAPSi) voltado ao público infantojuvenil.

“Quando não há esses locais adequados para o atendimento específico a crianças e adolescentes, eles podem apresentar problemas mais severos e caso permaneçam sem o acompanhamento por longos períodos, podem chegar a idade adulta com um problema agravado”, esclareceu Gilberto Lúcio da Silva, psicólogo que integra a equipe do Caop.

“Para que haja um trabalho articulado é necessário que esta Rede de Atenção, formada por conselhos tutelares, Poder Judiciário, Ministério Público e prefeituras conheçam o trabalho de cada um, o que irá promover um atendimento mais qualificado e prevenir novos casos de violação de direitos”, explicou a promotora Aline Laranjeira, que apresentou um modelo de fluxograma a partir das experiências adotadas em Arcoverde e Ibimirim.

Para o coordenador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Lagoa Grande, José Rodrigo da Silva, o público infantojuvenil nas cidades e sobretudo na área rural é penalizado sem este atendimento dos equipamentos especializados. “Temos visto o número crescente de casos de drogadição na Zona Rural, que fica mais desassistida quando esses serviços não funcionam da melhor forma”.

Está prevista ainda para a este ano a realização do 5º Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção nos municípios de Garanhuns e Caruaru, no Agreste do estado.



Assunto: Basta de violência institucional contra as nossas crianças!

Fonte: Childhood

Data: 20/09/2016



A divulgação das declarações do promotor Theodoro Alexandre da Silva Silveira, contra a vítima de abuso sexual, divulgada pelo jornal Zero Hora (vide link), além chocantes pela a exposição a que foi exposta a adolescente, causa indignação pela conduta dos “profissionais” presentes nesta audiência. Infelizmente, é mais um exemplo que revela como, após 26 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda estamos longe de conseguir alcançar em toda a rede de proteção, o que preconiza a lei 8.069/90 :“É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”

Ainda está latente em nossa memória o caso do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, também tendo como vítima uma adolescente e amplamente divulgado na imprensa e nas redes sociais. Sabemos que, longe de serem fatos isolados, essa situação integra um terrível cotidiano que acomete milhares de crianças e adolescentes em nosso país, quando passam pelo conselho tutelar, pelos serviços de saúde, delegacias e tribunais de justiça. Acreditamos que só protegeremos nossas crianças da revitimização da violência sofrida com a adoção de estratégias que visem a proteção legal, políticas públicas e uma grande mudança cultural, no sentido de contrapor a ideologia machista com uma nova concepção de masculinidade. A grande maioria das vítimas nestas situações de violências são mulheres de 5 a 15 anos de idade e, esta situação não se altera, talvez por ser exatamente este o público vitimado – não por acaso, basta ver a pouca representação feminina na Câmara dos Deputados.

Apesar das dificuldades, acreditamos que a mudança é possível, pois acompanhamos alguns projetos em curso no país, implantados por estados, municípios e judiciário. São experiências de atendimento integrado para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, modelos que podem ser expandidos para o restante do país, onde em um mesmo local estão os serviços de saúde, segurança pública, assistência social e conselho tutelar. Experiências estas bem-sucedidas e de baixo custo, que concentram os serviços em um único local, capacitam os profissionais e estabelecem um fluxo integrado de atendimento.

No âmbito do Judiciário, temos a experiência de 150 salas para o depoimento especial de crianças e adolescentes, onde o depoimento da vítima é realizado por um profissional com formação específica e sensibilidade para permitir que crianças e adolescentes narrem os fatos ocorridos sem precisar ouvir perguntas inadequadas – que mais tendem a constranger e culpá-las pela violência sofrida, como os dois exemplos que citamos acima. Nestes espaços do judiciário, a vítima realiza o depoimento especial em ambiente separado da sala de audiência, transmitido por circuito fechado de TV e gravado, para integrar o processo judicial e reduzir o número de vezes em que a criança precisa contar a violência sofrida.

E na proteção legal, já temos protocolado na Câmara dos Deputados o Projeto de lei 3792/15 que pode mudar radicalmente a forma como crianças e adolescentes vítimas de violência física, psicológica e sexual são tratadas no ambiente institucional brasileiro. Acreditamos que aprovar este PL será um grande passo para se dar condições a sociedade enfrentar as diversas formas de violência contra nossas crianças e adolescentes.

Basta vontade. Como e o que fazer, nós sabemos.

Itamar Gonçalves
Gerente de Advocacy – Childhood Brasil.

Assunto: Chefe da ONU pede apoio global para ‘maior expansão de oportunidades de educação da História’

Fonte: ONU

Data: 20/09/2016



Por muito tempo, a educação de qualidade esteve disponível apenas para poucos. Hoje, como as pessoas se tornaram mais interdependentes, educação de qualidade e formação contínua devem ser acessíveis para todos.

Foi o que afirmou neste domingo (18) o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que também declarou que educação é “um direito humano e um bem universal” durante o lançamento de um relatório apoiado pelas Nações Unidas que desenvolve um plano para a maior expansão de oportunidades educacionais da história.



Sebastian, 8, participa de um programa especial para estudantes com problemas de disciplina e em casa, localizado em La Ceja, Antioquia, Colômbia

“O relatório lançado, no último dia 18, é um quadro de referência para criar a ‘Geração do Aprendizado’. Ele aponta a educação como o mais importante investimento que podemos fazer no futuro e como um condutor fundamental para o desenvolvimento pessoal, nacional e global”, disse o secretário-geral na sede da ONU em Nova York, onde recebeu o relatório da Comissão Internacional sobre Financiamento de Iniciativas para a Educação Global, conhecida como a Comissão sobre Educação.

Anunciada em julho de 2015 na Cúpula sobre Educação e Desenvolvimento, em Oslo, a Comissão é a maior iniciativa global envolvendo líderes mundiais, políticos e pesquisadores para desenvolver uma proposta de investimento que seja moderna e atraente e financiar um caminho que possibilite oportunidades educacionais iguais a jovens e crianças.

O relatório foi apresentado apenas algumas horas antes da abertura do segmento de alto nível da Assembleia Geral da ONU pelos organizadores da Comissão: a primeira-ministra da Noruega, Erna Solberg; o presidente do Malauí, Arthur Peter Mutharika; o presidente da Indonésia, Joko Widodo (representado pelo ministro da Educação, Muhajir Effendy); a presidente do Chile, Michelle Bachelet (representada pelo embaixador Milenko Skoknic); e a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Irina Bokova, junto ao enviado especial da ONU para Educação, Gordon Brown.

Em tempo de crises globais, crise na educação pode ser resolvida

O relatório “A geração do aprendizado: investindo em educação para um mundo em transformação”, assim como Ban Ki-moon, afirma que com mais de 250 milhões de crianças fora das salas de aula e outras 330 milhões não alcançando os resultados de aprendizado adequados, o mundo não conseguirá alcançar a promessa da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Com essas alarmantes estatísticas em mente, o relatório apresenta um plano de quatro etapas que tem como um dos objetivos o desenvolvimento de reformas e de investimentos que irão preparar todas as crianças para iniciar seus estudos até 2030.

O projeto também prevê o aumento de 400 milhões para 850 milhões no número de graduados no ensino médio em países de baixa e média renda até 2030 – e durante a próxima década, um crescimento para mais de 1,2 bilhão.

A primeira etapa consiste na adoção por todos os países das reformas de um dos mais rápidos aprimoradores da educação – 25% dos atores educacionais em todo o mundo. Em vez de apenas uma em 10 escolas estarem online, todas as escolas teriam uma presença digital.

A segunda etapa é levar cada país a enxergar a educação como um investimento para o futuro e a aumentar os gastos de 3% do rendimento nacional em educação para 5% em países de baixa renda; a terceira etapa do plano consiste na mobilização de recursos conjuntos de instituições internacionais. A nenhum país dedicado a reformas e investimentos deve ser negada a chance de fornecer educação universal por falta de fundos.

A quarta etapa apela para a criação de um pacto de financiamento entre países em desenvolvimento, doadores e instituições multilaterais, com o qual a ajuda total crescerá para 35 dólares por ano para cada criança até 2030.

Em seu discurso, o secretário-geral disse que o relatório defende o investimento em educação como um pré-requisito para o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global.

Descrivendo o relatório como uma “importante obra de pesquisa e análise”, Ban Ki-moon ressaltou: “A comunidade internacional deve estar pronta para apoiar os países que se comprometem a fazer as reformas e os investimentos necessários para transformar o sistema educacional”.

Ban observou que, embora a crise da educação seja uma das que eminentemente pode ser resolvida, se as atuais tendências continuarem, “nós não iremos alcançar a educação primária universal até 2042, e a superior secundária até 2084. Nós teremos falhado o Objetivo 4 por meio século”.

Além disso, lembrou o secretário-geral, a educação é essencial para prevenir a expansão de ideologias perigosas e o extremismo violento. “Os extremistas e terroristas sabem disso. É por isso que eles têm sistematicamente atacado escolas: no Quênia, no Paquistão, na Nigéria. Eles têm medo de crianças, particularmente meninas, com livros.”

Investimento em educação de alta qualidade que promove o pensamento crítico e valores universais é um elemento-chave do Plano de Ação para Prevenir Extremismo Violento.

“Educação é um direito humano e um bem universal. Como o distinto membro da Comissão Kailash Satyarthi disse às Nações Unidas: ‘liberdade e aprendizado são direitos de todos os seres humanos’”, lembrou o chefe da ONU, ressaltando que na pesquisa global da organização que levou à criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais de 5 milhões de pessoas afirmaram ser a educação sua maior prioridade.

Destacando que, à medida que as fronteiras se tornam menos importantes e nós nos tornamos mais interdependentes, a educação de qualidade e a formação contínua devem ser acessíveis a todos.

“Nosso mundo não é próspero, se for pobre demais para educar suas crianças. Vamos todos – Estados-membros, sociedade civil, instituições e parceiros – participar deste grande desafio e seguir com estas recomendações para criarmos a ‘geração do aprendizado’. Vamos nos responsabilizar pelo compromisso de não deixar ninguém para trás”, disse Ban.